



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

RENATA DE BARROS ALCÂNTARA

**O TEMPO PEDAGÓGICO E A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UMA ANÁLISE
DO CURRÍCULO DE PERNAMBUCO**

RECIFE
2023

RENATA DE BARROS ALCÂNTARA

**O TEMPO PEDAGÓGICO E A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UMA ANÁLISE
DO CURRÍCULO DE PERNAMBUCO**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do título de licenciada em Educação Física.

Orientadora: Prof^a Dr^a Andréa Carla de Paiva

**RECIFE
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal Rural de Pernambuco
Sistema Integrado de Bibliotecas
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- A347t Alcântara, Renata de Barros
O tempo pedagógico e a educação física escolar: uma análise do currículo de Pernambuco / Renata de Barros Alcântara. - 2023.
50 f. : il.
- Orientador: Andrea Carla de Paiva.
Inclui referências.
- Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco,
Licenciatura em Educação Física, Recife, 2023.
1. Educação. 2. Educação Física. 3. Currículo. 4. Tempo pedagógico. I. Paiva, Andrea Carla de, orient.
II. Título

CDD 613.7

RENATA DE BARROS ALCÂNTARA

**O TEMPO PEDAGÓGICO E A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UMA ANÁLISE
DO CURRÍCULO DE PERNAMBUCO**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do título de licenciado em Educação Física.

Orientadora: Prof^a Dr^a Andréa Carla de Paiva

BANCA EXAMINADORA

Prof.a Dr^a Andréa Carla de Paiva
Orientadora

Prof. Ms Eduardo Jorge Souza da Silva
Examinadora I

Prof.a Dr^a Maria Helena Câmara Lira
Examinadora II

**RECIFE
2023**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho, a minha família, meus pais, Juruaci e Tânia, meus irmãos, Leonardo de Barros, Fernanda de Barros e Marcela de Barros; ao meu namorado Jailton Albuquerque.

E principalmente a Deus, sem Ele, nada que façamos tem sentido pleno.

“É justo que muito custe, o que muito vale” (St^a. Tereza D’Ávila)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a **Deus**, por essa conquista, e por todo o propósito que Ele tem para minha vida, e juntos estamos trilhando os caminhos escolhidos.

Agradeço à **minha mãe Tânia Maria e ao meu pai Juruaci de Barros**, pelo apoio e incentivo durante a minha trajetória de estudos.

Agradeço a **meus irmãos Leonardo de Barros, Fernanda de Barros e Marcela de Barros**, que de forma direta ou indiretamente estiveram sempre dispostos a me ajudar.

Agradeço ao **meu namorado Jailton Albuquerque**, que me acompanhou durante os períodos, nas situações difíceis que apareceram na vida, e também por sua compreensão e disposição a me acompanhar na graduação.

Agradeço a **professora Andréa Paiva**, e toda sua dedicação, para a construção deste estudo, apesar de seu tempo curto e sua vida corrida.

Agradeço ao **professor Eduardo Jorge e a professora Maria Helena**, pela disposição de fazer parte da banca examinadora deste trabalho.

Agradeço a **todos(as) os(as) professores(as)** do departamento que tive a oportunidade de cursar suas disciplinas e aprender com eles.

Agradeço aos **meus amigos Danyelle, Érika, Maria Eduarda e Sérgio**, que de um jeito inusitado a amizade cresceu e prevaleceu, por todo o apoio durante esse tempo de graduação.

Agradeço a **UFRPE e ao DEFIS**, pelo acolhimento e aprendizado através de seus funcionários, professores, coordenadores, e a todos que contribuem para que o ensino aconteça.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar o tempo pedagógico necessário para a apropriação dos conteúdos nas aulas de educação física. Identificando essa distribuição na organização curricular. A pesquisa foi realizada no estudo de abordagem qualitativa, elaborada através de análises de artigos e livros científicos, definida como bibliográfica – documental. Para a organização e construção do estudo, refletimos sobre a educação como política pública e social; a escola seu papel e função e a transformação na sociedade. Entendendo como configura o currículo, este como documento que organiza a prática social, assim como o projeto político pedagógico. Nesta compreensão, legitimar a Educação Física como disciplina curricular obrigatória, pensando no papel do professor, na construção de um ensino voltado para a realidade social, através da cultura corporal. Desta forma, o estudo colaborou para perceber como é tratado o conhecimento específico e sua apropriação, dentro de um tempo pedagogicamente necessário para desenvolver os conteúdos da Educação Física escolar.

Palavras-chave: Educação; Educação Física; Currículo; Tempo Pedagógico

ABSTRACT

The present study aims to analyze the pedagogical time required for the appropriation of content in physical education classes, identifying this distribution in the curricular organization. The research was carried out using a qualitative approach, elaborated through analyses of scientific articles and books, defined as bibliographic-documentary. To organize and construct the study, we reflected on education as a public and social policy, the school's role and function, and transformation in society. Understanding how the curriculum is configured as a document that organizes social practice, as well as the pedagogical political project. In this understanding, legitimizing Physical Education as a mandatory curricular discipline, considering the teacher's role in constructing teaching focused on social reality through bodily culture. In this way, the study contributed to understanding how specific knowledge is treated and appropriated within a pedagogically necessary time to develop physical education content in schools.

Keywords: Education; Physical Education; Curriculum; Pedagogical Time

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Artigos selecionados.....	18
Quadro 2.....	44
Quadro 3.....	44

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	16
3. A EDUCAÇÃO INSTITUÍDA NA ESCOLA E O CONTEXTO CURRICULAR.....	21
3.1. A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR COMO COMPONENTE CURRICULAR.....	27
4. A ORGANIZAÇÃO DA SALA DE AULA E DO TEMPO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO DOCUMENTO CURRICULAR.....	31
4.1. O TEMPO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO FÍSICA E SUA RELAÇÃO COM O ENSINO-APRENDIZAGEM.....	37
4.2 O TEMPO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E A ANÁLISE DO CURRÍCULO DE PERNAMBUCO DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	41
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
6. REFERÊNCIAS.....	46

1. INTRODUÇÃO:

A escola é a instituição de ensino criada para organizar e estruturar os conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos, permitindo a superação do conhecimento espontâneo pelo conhecimento elaborado (MALANCHEN; ZANK, 2020, p.203) no sentido de garantir que os estudantes se apropriem desses saberes e possam exercer sua cidadania, intervindo na sociedade de maneira crítica.

Segundo Oliveira (1997) apud Lavoura e Marsiglia (2015), conhecer a realidade e compreendê-la criticamente não é um processo imediato do desenvolvimento humano, tampouco uma iluminação súbita da consciência ou uma graça divina. “O ler uma realidade de forma crítica [...] passa pela mediação da apropriação do conhecimento, sem a qual a leitura crítica do concreto é impossível” (p.359). Portanto, é tarefa fundamental da escola, viabilizar o acesso ao conhecimento sistematizado.

Nesta perspectiva a escola, difere-se de qualquer outra instituição, pois tem como prioridade a formação humana do sujeito, a partir da apropriação do conhecimento de forma sistematizada, sendo este o elemento específico da educação escolar, em todas as faixas etárias e grupos sociais, responsável por desenvolver uma consciência crítica e através dela, permitir que os estudantes possam realizar suas próprias conclusões, fazendo uma leitura da vida em sociedade.

A escola, entendida como uma instituição social responsabiliza-se por contribuir com a educação de homens e mulheres, crianças, jovens ou adultos. Sua educação diferencia-se da familiar, da sindical, da partidária, da religiosa, etc., podendo talvez até devendo, refletir e interagir com essas modalidades educacionais, sem perder de vista o que lhe é específico, ou seja, favorecer seus sujeitos numa reflexão sistematizada, periódica, paulatina e contínua acerca dos conhecimentos produzidos pela humanidade, de forma a procurar superar a aleatoriedade, o acaso, o senso comum nas aprendizagens (SOUZA JÚNIOR; SANTIAGO; TAVARES, 2011, p.184).

Para tanto, a escola utiliza normas e padrões organizados, que envolvem desde a administração escolar que são os gestores (coordenadores, diretores), que articulam-se com os professores(as) e em consonância atuam junto aos discentes chegando até a relação com as famílias e as comunidades que estão inseridas, desenvolvendo uma inclusão de toda a comunidade escolar para encontrar uma melhor maneira de dar continuidade ao planejamento, e assim acompanhar e

analisar o currículo de forma a elaborar, executar suas propostas pedagógicas, contribuindo para formação do estudante.

Para que isto ocorra, o trabalho docente tem uma importante contribuição, para que a escola exerça seu papel de transmitir o conhecimento científico, o professor é o elemento principal para essa construção, como mediador entre o que é conhecido popularmente ao que é produzido cientificamente, pois é ele que torna real, que materializa, de certa forma, a pedagogia dentro da sala de aula. É através desse profissional que a relação ensino-aprendizagem pode ser transformadora.

O professor caracteriza-se por ser um profissional com conhecimentos e habilidades próprias para exercer o trabalho educativo. Possui um saber técnico relacionado à sua área de conhecimento e um saber pedagógico para transformar o conhecimento de sua área em conhecimento escolar (CORRÊA e MORO, 2004, p.46).

Ao professor (a) é atribuída a responsabilidade de construção do aprendizado dos alunos (as), e a melhor forma com estratégias de ensino para a apropriação do saber, através dos conhecimentos adquiridos em sua trajetória profissional, pessoal e social, assim como relacionar essas atividades, articulando a escola, a família e a sociedade.

E ainda cabe ao professor (a) participar de forma efetiva na elaboração da proposta pedagógica, como também as decisões sobre temáticas relevantes na escola. Ressalva Corrêa e Moro (2004, p.47). “além de realizar sua prática educativa, ao professor são atribuídas responsabilidades de participar das tomadas de decisão no âmbito da escola.” Podendo contribuir com sua prática docente para o desenvolvimento da escola, participando na construção do trabalho pedagógico, articulando os interesses da docência, da comunidade, buscando compreender as experiências vivenciadas e relacionando-as com o conhecimento científico para o pensamento crítico.

Diante disto, podemos relacionar ao professor (a), o ensinar, construir conhecimentos, oferecer possibilidades, compartilhar, instruir, corrigir, conduzir com compromisso através da sua prática pedagógica no ensino-aprendizagem de forma efetiva, criando autonomia e aprendendo com o seu exercício, superando os obstáculos, colocando o seu serviço à disposição da escola, dos estudantes, da sociedade.

Nesse entendimento vários elementos constituem a construção da prática educativa, como também diversos meios materializam a educação, entre eles o

currículo, que organiza os objetivos a serem realizados através de conteúdo específico de cada disciplina.

Nessa constituição, a generalidade e a totalidade do currículo escolar e as particularidades das disciplinas escolares estão, portanto, circunscritas a esse movimento, ao mesmo tempo que produzem elementos para sua estruturação, são transformados por ela, sendo os sujeitos educacionais aqueles que usufruem, elaboram, materializam e transformam a educação escolar (SOUZA JÚNIOR; SANTIAGO; TAVARES, 2011, p.193).

Assim, o currículo faz parte de uma ligação de todos os elementos norteadores, é através dele que são pautados os saberes sistematizados que fazem parte da prática pedagógica. Ou seja, é o objeto de normatização do ensino, onde encontramos as formas de preparação de cada disciplina com suas singularidades e particularidades. Buscando colocar os saberes escolares em uma ação constante de forma a estabelecer as relações pedagógicas.

Desta forma, entendemos que para se configurar o currículo é necessário entender as práticas que orientarão o ensino, em seu processo de **seleção**, que será proposto para os conteúdos abordados, a legislação, os parâmetros; na **organização** do saber e como serão utilizados os recursos disponíveis, físicos ou conceituais, o seguimento do planejamento, os textos utilizados e sua organização dispostos dentro do tempo estabelecido da aula; e na **sistematização**, quais os procedimentos metodológicos utilizados para a aprendizagem, como também o tempo necessário para a apropriação do conhecimento para os estudantes (SOUZA JÚNIOR; SANTIAGO; TAVARES, 2011, p.187).

Nesta perspectiva, podemos entender que a concepção de currículo, necessita de formulações adequadas para a estruturação, e desenvolvimento do projeto escolar. Nesta dimensão, podemos refletir sobre a Educação Física Escolar e sua contribuição no processo educativo, como o planejamento, e os conteúdos trabalhados no tempo pedagógico para a funcionalidade da escola e do ensino. Entendendo a estruturação e suas configurações como componente curricular obrigatório.

Partindo do exposto, percebemos que a Educação Física passou ao longo do tempo por um processo de consolidação do conhecimento, tentando entender as necessidades sociais, para organização e procedimentos de uma prática pedagógica orientada por diversas referências.

Em nosso entender ela surge de necessidades sociais concretas. Sendo a Educação Física uma prática pedagógica, podemos afirmar que ela surge de necessidades sociais concretas que, identificadas em diferentes momentos históricos, dão origem a diferentes entendimentos do que dela conhecemos (COLETIVO DE AUTORES, 2012, p 50).

Podemos perceber que a Educação Física teve em sua história a intenção de entender as suas origens, para então poder estabelecer uma prática docente que acolhe o processo, mas compromete-se com a formação de profissionais que possam superar os problemas e atuem envolvidos com a transformação das mudanças, trazendo sentido ao conhecimento que acolhe e abrange todas as esferas da sociedade.

Sendo assim, a Educação Física tem seu lugar e papel na escola, integrante de um componente curricular tão importante quanto às outras disciplinas na formação dos estudantes, através da reflexão da cultura corporal com sistematização de conteúdos próprios de conhecimentos socioculturais.

A Educação Física é uma prática pedagógica que, no âmbito escolar, tematiza formas de atividades expressivas corporais, como jogo, esporte, dança e ginástica, formas estas que configuram uma área de conhecimento que podemos chamar de cultura corporal (COLETIVO DE AUTORES, 2012, p.50).

Neste parâmetro, a prática docente também deve estar em harmonia com a funcionalidade da escola, e necessita estar em consonância com o Projeto Político Pedagógico (PPP), responsável pelos objetivos e metas a serem organizadas, desenvolvidas e integralizadas por toda a comunidade escolar (professores (as), gestores (as), pais, cooperadores...).

O Projeto Político Pedagógico (PPP) deve explicitar, ainda, os fundamentos teóricos metodológicos, os objetivos, o tipo de organização e as formas de avaliações implementadas pela escola, sendo passível de mudanças sempre que as circunstâncias, as reflexões, as finalidades sócio-políticas e culturais da escola o exigir. Um bom projeto político-pedagógico é a busca da autonomia da escola (MOITA; PEREIRA, 2019, p.56).

Refletindo sobre a construção do Projeto político pedagógico (PPP), suas propostas fazem parte do planejamento e da gestão escolar, desta forma é responsável pela operacionalização das atividades exercidas pela mesma,

precisando estar em um movimento constante de mudança, para ser coerente com a prática educativa. Dessa maneira, podemos entender que para o funcionamento de uma escola, são necessários que todos conheçam as propostas elaboradas, cooperando com o desenvolvimento do aluno e suas funcionalidades.

Da mesma forma, os temas e conteúdos utilizados para o desenvolvimento como as atividades selecionadas, deverão refletir o contexto atual e as experiências vividas e discutidas.

[...] A reflexão sobre esses problemas é necessária se existe a pretensão de possibilitar ao aluno da escola pública entender a realidade social interpretando-a e explicando-a a partir dos seus interesses de classe social. Isso quer dizer que cabe à escola promover a apreensão da prática social. Portanto, os conteúdos devem ser buscados dentro dela (COLETIVO DE AUTORES, 2012, p.63).

Ou seja, deve estar comprometido com a sistematização do conhecimento específico que é a cultura corporal, os métodos e procedimentos utilizados para a apropriação das práticas corporais realizando sentido nas atividades cotidianas.

Da mesma maneira, a organização escolar e o tempo pedagógico precisam estar em sintonia com esses e os outros fatores que envolvem o desenvolvimento integral, responsáveis pela aquisição do conhecimento do aluno no processo de ensino-aprendizagem.

A extensão do tempo escolar pode ser analisada na identificação das políticas educacionais que determinam os diferentes tempos postos para e na escola, indicando trabalhos que, de um lado, demonstram que a escola monopoliza excessivamente, cada vez mais, o tempo da criança, e, de outro, que este alargamento está associado historicamente às reivindicações de educadores, buscando melhor atender às necessidades da vida contemporânea (ARCO-VERDE, 2012, p.87).

O tempo pedagógico, então, pode ser entendido de duas formas: aquele específico destinado à escola, em que traz o entendimento que a educação só é aprendida neste espaço, onde o mesmo detém o saber e que não pode ser explorado em outras circunstâncias; E em outra perspectiva, o tempo escolar de aprendizado precisa estar atrelado ao conhecimento experimentado e vivido nos momentos de relações sociais, ou seja, aquilo que é científico corresponder às compreensões da vida cotidiana.

Aproximando-se da segunda perspectiva, entendemos que cabe à escola refletir de forma didática e pedagógica a organização dos temas dos conteúdos programáticos, respeitando as fases e os ciclos, e constituídos dentro dos parâmetros e documentos específicos, discutidos anteriormente e divididos em aulas planejadas e organizadas com objetivos, procedimentos, avaliações, estabelecidos previamente com a intencionalidade do aprendizado dos alunos (as).

Então, o tempo pedagógico instituído nas aulas de Educação Física escolar, o desenvolvimento dos conteúdos específicos e a forma de compreensão pelos alunos (as) nas atividades elaboradas e desenvolvidas, precisam andar em consonância com a finalidade do aprendizado.

As hipóteses teórico-metodológicas do trabalho estão relacionadas com: o processo de trabalho pedagógico; no trato com o conhecimento; no tempo pedagogicamente necessário para as aprendizagens; na normatização/legislação curricular (TAFFAREL; ESCOBAR; FRANÇA, 1995, p.126).

Sendo assim, esse tempo pedagógico organizado nas aulas de Educação Física e o contexto da prática docente necessária para um ensino - aprendizagem para a apropriação do conhecimento, em torno da cultura corporal, despertou a curiosidade em estudar mais sobre este tempo neste estudo monográfico.

As observações e regências realizadas nas escolas conveniadas com o Estágio Supervisionado Obrigatório em Educação Física (ESO), permitiram experimentar o espaço escolar, de maneira a relacionar a teoria com a prática. Deste lugar surgiu o interesse de pesquisar e saber mais sobre o tempo pedagógico necessário ao ensino aprendizagem dos conteúdos da Educação Física escolar, sobre o qual estabelecemos a seguinte problemática de pesquisa: Qual o tempo pedagógico necessário para a apropriação dos conteúdos nas aulas de Educação Física no Currículo de Pernambuco do Ensino Fundamental?

Nesta perspectiva, a presente pesquisa tem como objetivo analisar o tempo pedagógico necessário para apropriação dos conteúdos nas aulas de Educação Física no Currículo de Pernambuco do Ensino Fundamental, identificando sua distribuição na organização curricular no Ensino Fundamental, bem como as estratégias didáticas possíveis de serem utilizadas neste tempo, nas aulas de Educação Física.

Para a compreensão da pesquisa, a mesma foi dividida em capítulos. No primeiro abordamos a metodologia da pesquisa, definindo o tipo de pesquisa e como

ela é caracterizada utilizando as suas ferramentas para seleção, desenvolvimento e contribuição para o estudo.

No segundo capítulo procuramos identificar a consolidação e organização da educação, como direito de todos, sendo desta forma uma política pública e social, reconhecendo a escola e sua estruturação, os documentos norteadores do currículo e o Projeto Político Pedagógico, refletindo também sobre a Educação Física como componente curricular obrigatório e a prática pedagógica do professor (a).

No terceiro capítulo, conceituamos tempo e sua relevância no cotidiano escolar; quais as características da sala de aula e a organização do tempo pedagógico relacionado com as aulas de Educação Física e sua influência na aprendizagem, e a análise do Currículo de Pernambuco do Ensino Fundamental

Por último, apontamos nossas considerações finais, sobre as quais ainda tem muito o que ser estudado, pois o objeto de pesquisa supõe isto.

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa pode ser conceituada como um conjunto de elementos e ações para construir, produzir novos conhecimentos. Desta forma sua finalidade é fundamentada na descoberta de domínio científico de uma investigação e/ou indagação com objetivo de contribuir para o desenvolvimento social. “A metodologia da pesquisa, na produção científica, constitui um dos elementos que confere aos estudos investigativos rigorosidade e reconhecimento perante o estatuto de Ciência” (SOUZA JÚNIOR; MELO; SANTIAGO, 2010, p.32).

Ou seja, é um caminho para percorrer através de interesses sejam culturais, pessoais ou sociais sobre algum aspecto; envolvendo situações, fenômenos que possa ter acontecido anteriormente ou um fato novo a ser descoberto.

Desta forma, esta pesquisa apresenta-se metodologicamente como um estudo de abordagem qualitativa que segundo Minayo (2008, p.626) “tem como objetivo um conhecimento que representa as opiniões, os valores, as relações e ações humanas e sociais”. No qual essa “análise concretiza as possibilidades de construção de conhecimento e possui todos os requisitos e instrumentos para ser considerada e valorizada como um construto científico”.

Neste entendimento, compreendemos que a pesquisa de abordagem qualitativa, é realizada continuamente, separadas por fases que se interligam. Porém,

mesmo que essas fases em algum momento se estreitem, numa ação entre pontos de partida e de chegada, permanece suas características e propósitos particulares (SOUZA JÚNIOR; MELO; SANTIAGO, 2010, p.33).

Neste sentido, a pesquisa apresentada tem como objetivo “analisar o tempo pedagógico necessário para a apropriação dos conteúdos nas aulas de Educação Física no Currículo de Pernambuco do Ensino Fundamental, identificando essa distribuição na organização curricular”. Assim, esta pesquisa caracteriza-se como bibliográfico-documental.

Bibliográfica porque a problemática e os objetivos deste estudo sinalizam para conceitos teóricos que ensejam contato direto com o que já foi dito e registrado na literatura sobre a temática e suas categorias, principalmente em livros e artigos científicos, assim como por se propor a observar ideologias e posições variadas acerca de um problema (GIL, 2002).

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço (GIL, 2002, p. 45)

De forma complementar, a pesquisa documental também nutriu esta monografia, motivando a busca por outros tipos de fontes, delineando o aspecto também documental da pesquisa, no caso o ‘Currículo de Pernambuco’, documento curricular do Estado de Pernambuco, direcionado para as instituições formais de ensino, sejam elas públicas ou privadas, se tornando fontes ricas de análise.

As estratégias bibliográfica e documental não são, portanto, investigações neutras, já que estão relacionadas com o olhar do pesquisador e seu contato com outros olhares presentes nos textos, permitindo transformações tanto nas visões quanto no objeto de investigação, cujas análises foram feitas por meio da análise documental.

Para a construção da pesquisa foram realizados os instrumentos de captação e organização, como livros, teses e artigos. Os artigos foram procurados no Portal de Periódicos – CAPES. Essa busca foi selecionada partindo dos descritores Educação Escolar AND Educação Física AND Currículo AND Tempo Pedagógico. Filtrando os estudos por tema e tempo de publicação, resultando em 50 pesquisas, destas, foram selecionadas 05, que tem relação direta com o tema e objetivo deste estudo. Desta

forma, o quadro abaixo está organizado os estudos nos quais reforçam a importância do tempo pedagógico e sua organização na educação física escolar.

Quadro 1: Artigos selecionados

ANO	AUTOR	TÍTULO	LOCAL
2020	Fábio Tadeu Reina; Willian Gabriel Felício da Silva	A Gestão da Sala de Aula de Professores de Educação Física na Educação Básica.	Universidade Estadual Paulista – UNESP.
2014	Nayara Fernanda Perles Jardim; Juliana Pizani; Fabiane Castilho Teixeira; Ieda Parra Barbosa Rinaldi	A Educação Física como Componente Curricular na Educação Infantil e nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental.	Universidade Estadual de Maringá – UEM.
2009	Christiane Martinatti Maia; Maria Fani Scheibel	Didática: Organização do Trabalho Pedagógico.	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.
2019	Luciana Venâncio	A Relação com o Saber e o Tempo Pedagogicamente Necessário: Narrativas de Experiência com a Educação Física Escolar.	Universidade Federal de Sergipe – UFS.
2012	Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde	Tempo escolar e organização do trabalho pedagógico	Universidade Federal do Paraná – UFPR.

O artigo, “**A gestão da sala de aula de professores de educação física na educação básica**” (2020), os autores trazem como objetivo compreender como é a relação existente entre a gestão da sala de aula e o ensino dos conteúdos da educação física. A metodologia utilizada foi o trabalho em campo com utilização de

entrevistas em uma escola paulista, observando o comportamento dos professores desde sua relação com os alunos, como com os outros professores, a vestimenta, o horário e equipamentos utilizados nas aulas.

Na pesquisa também foi observado a prática pedagógica e do gerir as aulas de educação física compreendendo o processo de ensino aprendizagem na apropriação do conhecimento específico da disciplina na escola. Concluindo que a forma de organizar, planejar, direcionar e desenvolver a aplicação do ensino, desde a escolha do conteúdo, o tempo de realização da prática, o espaço, os materiais e as competências a serem alcançadas pelos alunos. “Em relação ao ensino, identificamos que os professores de Educação Física, planejam, organizam suas aulas pautadas nos conteúdos”. Exige organização do tempo de aula por parte dos professores.

O artigo, **“A educação física como componente curricular na educação infantil e nas series iniciais do ensino fundamental”** (2014): a pesquisa tem o objetivo de reconhecer a educação física como disciplina, sua organização legal e pedagógica na escola. Na pesquisa é utilizada a metodologia descritiva, com aplicação e análise de questionários respondidos pelos professores de educação física.

O estudo faz referência ao processo de legalização da educação física na escola, dentro do contexto histórico e o projeto pedagógico organizado pelos professores. Como conclusão ressalva a importância deste componente curricular e o valor de sua prática para os alunos e a comunidade escolar. “as escolas participantes da pesquisa possuem um projeto pedagógico e que a educação física é contemplada como componente curricular”.

O artigo **“Didática: Organização do Trabalho Pedagógico”** (2009): o objetivo desta pesquisa é trazer uma reflexão sobre a prática docente e sua relação política, social, econômica e cultural, construindo com a didática a relação entre teoria e prática no fazer pedagógico. Relata um histórico sobre a didática na visão de diversos autores, na formação de professores e a educação como instrumento de transformação social.

Organizando o trabalho pedagógico, o Projeto Político Social (PPP), como também a função do professor e da escola, assim como o planejamento na organização das aulas e sua importância no processo de ensino aprendizagem. Concluindo com propostas educativas no ambiente escolar, que contribuam para a educação e a transformação da sociedade.

O artigo **“A relação com o saber e o tempo pedagogicamente necessário: Narrativas de experiência com a educação física escolar”**. (2019): o presente estudo tem como objetivo discutir a relação com o saber partindo de experiências com a educação física. A metodologia narrativa, descreve os relatos de mulheres na realidade escolar com o contato com a disciplina educação física.

O estudo desenvolve-se na análise da importância do saber construído no conhecer e experimentar os conteúdos da educação física; quais habilidades aprendidas e como coloca-las no cotidiano, enfrentando os desafios vividos. A autora reflete a relação de tempo com o saber, observando o conhecimento construído e apropriado nas aulas na escola e como ele trouxe a leitura da realidade e conseqüentemente as mudanças nas relações pessoais e sociais. Concluindo que a questão de tempo pedagógico nas aulas, organizado para construir o conhecimento é importante e de forma direta ou indireta ele reflete nas relações no ambiente externo da escola. “Consideramos que as narrativas são cruciais para explicitar a temporalidade das relações com os saberes”.

O artigo **“Tempo escolar e organização do trabalho pedagógico”**. (2012): O trabalho descrito com o tema acima traz como objetivo refletir as várias concepções de tempo, mas principalmente este como orientador do trabalho pedagógico na escola e a sua influência no ensino-aprendizado. Analisa o tempo partindo das diferenças entre o tempo escolar e o social produzido culturalmente, as divisões do mesmo na escola, entendendo os períodos que são destinados às aulas, e o aumento deste em escolas integrais e sua função nela; como também a rotina e sua administração.

O espaço, os profissionais, as relações inter e intrapessoais e os estudantes qual os perfis e como é os seus comportamentos diante desta extensão de tempo pedagógico. Concluindo que a ideia que temos sobre o cumprimento dos horários estabelecidos são estruturados partindo de uma cultura, que pode ser mutável de acordo com as práticas adotadas pela escola e o tempo pedagogicamente necessário para o aprendizado. “Esse é o grande desafio dos homens sobre o fator tempo e, por conseguinte, da escola ao organizar seu trabalho utilizando o tempo como referência”.

Os mapeamentos destes estudos permitiram fazer todo o levantamento bibliográfico acerca da temática, oferecendo assim, a possibilidade de identificar o que vem sendo produzido em torno do tempo pedagógico e sua relação com a Educação Física.

Dentro da leitura, interpretação e análise desses estudos organizados e selecionados, podemos entender que os autores concordam, por exemplo, na prática pedagógica do professor, no qual seja pautada nos conhecimentos específicos dos conteúdos da Educação Física, o tempo pedagógico para que seja orientado de forma a organizar o planejamento e a relação com os saberes. Ou seja, que os conteúdos sejam elaborados dentro de um tempo necessário para que os alunos se apropriem do conhecimento, através da vivência do que é específico; considerando que o tempo tem ligação com trabalho pedagógico e a aprendizagem.

Porém os mesmos divergem em que a falta de interesse nas aulas de educação física se relacionam a postura do professor, seus procedimentos utilizados na sala de aula, a forma que apresenta a didática, pode despertar ou não a vontade de participar e aprender os conteúdos da Educação Física. A relação da teoria e da prática aproximando da realidade vivenciada pelos alunos. Como também a relação entre os professores, criando uma situação de desunião, conseqüentemente, um sentimento de desinteresse à escola e aos próprios estudantes com o saber.

3. A EDUCAÇÃO INSTITUÍDA NA ESCOLA E O CONTEXTO CURRICULAR

Segundo a constituição Brasileira de 1988, ela é “direito de todos e dever do estado e da família”, tornando assim uma política pública que pode ser diversificada de acordo com a sociedade em que está inserida, ou seja, para existir os direitos e deveres são necessárias algumas atitudes de um conjunto de pessoas ou de uma sociedade inteira para ser organizada, discutida, refeita. Os valores, os símbolos, a cultura, a leitura da realidade de acordo com a necessidade e luta de cada lugar.

É na sociedade moderna, porém, marcada pela ascensão da burguesia, que impulsionou a urbanização, a produção industrial e o desenvolvimento técnico/científico, que surge a necessidade da organização da educação mediante a escolarização universal e obrigatória (CORRÊA e MORO, 2004, p.27).

A educação torna-se não somente uma política pública, mas também uma política social. Em vários momentos com sentidos e direções diferentes, dependendo de cada momento governamental, como também mudada a forma em que foi abordada neste longo período.

Desta forma, percebemos que a ideia da educação como política pública e social, foi organizada, direcionada e orientada para oferecer plena condição de desenvolvimento para o aluno, tentando encontrar meios de diminuir as desigualdades sociais, garantindo e criando oportunidades para gerar de maneira ampla, condições de bem-estar, para construir de forma total e completa o alargamento das capacidades humanas.

[...] As políticas públicas são definidas, implementadas, reformuladas ou desativadas com base na memória da sociedade ou do Estado em que têm lugar e que por isso guardam estreita relação com as representações sociais que cada sociedade desenvolve sobre si própria (AZEVEDO, 2004, p.5).

Ao falarmos sobre a educação, não temos como mantê-la fora do universo escolar, mas ao mesmo tempo incluí-la na instituição familiar. Segundo Brandão (2006, p.9): “não existe uma forma e modelo exclusivo e determinante percebendo que a mesma acontece em momentos e acontecimentos diversos e em vários locais sociais”.

Diante da educação e como é constituída em uma ação de discussão, orientação, enfatizando a escola e seu papel perante a sociedade, onde tem como princípio levar conhecimento, mas também sendo lugar de igualdade e oportunidade. Neste longo processo foram acontecendo as primeiras ideias sobre a escola e sua pedagogia, discutindo, refletindo como poderiam ser instrumento de resposta social.

[...] A educação emerge aí como instrumento de correção das distorções sociais. Constitui, pois uma força homogeneizadora que tem por função reforçar os laços sociais, promover a coesão e garantir integração de todos os indivíduos no corpo social [...] (SAVIANI, 2002, p.4).

Tomando por base esta realidade sobre a educação e sua transformação, os estudos para como a escola poderia ser. As teorias educacionais aparecem para resolver a organização social. Tornar a educação institucional eficiente e eficaz, mas todas tiveram em algum momento declínio, porém uma não substituiu a outra, foram adaptadas até alcançar os modelos educacionais atuais, cada uma delas remete a realidade vivenciada, interligando a educação a interesses socioeconômicos, aos quais podemos refletir o que realmente move a educação e os seus paradigmas para superá-los, a fim de fazer uma educação com verdadeiro valor que sobrepõe às desigualdades, legitima a justiça social por meio de ações pedagógicas.

Portanto, educação implica em uma participação ativa na vida da comunidade, a promoção e o desenvolvimento de conhecimentos integrados às realidades nas quais se inscreve, constituindo elementos essenciais no desenvolvimento integral do ser humano e do meio social. Vivemos em uma sociedade plural e complexa, e o direito a educação precisa, para ser efetivamente exercido, de uma educação que considere seus sujeitos, respeite seus conhecimentos e contribua para a tessitura de novos (LUZ; OLIVEIRA, 2021, p.3).

Desta forma, a escola é construída tomando por referência, como um local que promova o ensino, seja transformadora, inclusiva, solidária e fraterna, no qual a origem e a classe social não determinem a formação, contestando as diferenças sociais, tenha participação da sociedade, seja democrática, fornecendo a cidadania (SOUZA; PRZYLEPA; ASSIS, 2019, p.2346). Assim a escola tem finalidades distintas, mas principalmente o conhecimento para poder constituir relações sociais, criar oportunidades, desenvolver cada pessoa em suas particularidades.

A escola existe, pois, para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber. As atividades da escola básica devem se organizar a partir dessa questão (SAVIANI, 2011. p.32).

Sendo assim, a escola é o lugar em que nos apropriamos do conhecimento científico, ressalva Luz e Oliveira (2021, p.6):

A relação formal por sua essência, multiplica as relações entre os sujeitos. Assim, a educação deve ajudar os jovens neste sentimento de reconhecimento da diversidade e da cooperatividade para que possam se desenvolver criticamente construindo os seus próprios valores para a vida pública.

Para isso todas suas estruturas, sejam físicas, docentes, discentes e funcionários se organizam de forma a sistematizar este conhecimento, ou seja, o ensino, a informação, o sistema, sua metodologia e métodos são voltados para a sistematização que possibilitem a instrução.

De uma forma estruturada e organizada, a escola também é direcionada por algumas normas e padrões como um currículo já pré-estabelecido desenvolvido para equiparar o ensino, ou seja, é a seta para ser seguida, seja nas redes públicas ou privadas. Assim o currículo é o documento que articula o ensino na escola, incluindo as necessidades do indivíduo, mas que também possa influenciar na sociedade.

O currículo escolar necessita formar para além de competências e habilidades. O aluno precisa de formação política e crítica, a qual possibilitará apreensão e compreensão da realidade vivida e, desta forma, terá condições concretas de interferir em sua realidade social (SOUZA; PRZYLEPA; ASSIS, 2019, p.2346).

Pensando na elaboração deste currículo escolar, muitos apontamentos foram surgindo de acordo com a jornada da prática pedagógica, como foram os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), que foi uma coletânea de documentos que regularizavam e organizavam o currículo em instituições de ensino, com o objetivo de conduzir a prática docente partindo das ações realizadas nas aulas, de forma a auxiliar o educador em todas as esferas para que as ações pedagógicas pudessem ser melhor estruturadas e com a qualidade necessária para uma melhor aprendizagem dos alunos (as).

Constituem uma proposta de reorientação curricular que a secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação e do Desporto oferece a secretarias de educação, escolas, instituições formadoras de professores, instituições de pesquisa, editoras e todas as pessoas interessadas em educação, dos diferentes estados e municípios brasileiros. (BRASIL,1998, p.9)

Atualmente utilizam a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que direciona quais os conteúdos e maneiras de trabalho de desenvolver o ensino aprendizagem; usado para orientação por todas as disciplinas estudadas na escola.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é o documento que organiza de forma sistematizada todos os currículos e o que se espera da educação básica no Brasil, direcionada para as particularidades pedagógicas e suas fases; enfatizando possibilidades de trabalho relacionada às competências gerais “que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagens e desenvolvimento” a serem alcançados pelos estudantes em suas diversas etapas.

E ainda conceituada como “mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do trabalho”. (BNCC, 2018 p.6).

Apesar de todas as ressalvas e jogo de interesses políticos em torno da mesma, é garantida pela Lei de diretrizes e Bases da Educação (LDB) para tomá-la como referência em todas as escolas de educação básica em suas redes públicas ou

privadas, como garantia de enfoque pedagógico e seus conteúdos, unificando a educação.

[...] A BNCC institui-se com referência nacional para a elaboração de currículos dos sistemas de ensino e das propostas pedagógicas das escolas, alinha políticas e ações em torno da formação de professores, avaliação e critérios de infraestrutura para o desenvolvimento da educação”(NEIRA, 2018, p. 217).

Desta forma, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) fundamenta-se para organizar o currículo e/ou a prática pedagógica, trazendo características gerais por exemplo:

Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva; [...] Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural; [...] Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

O currículo torna a funcionalidade da escola possível, segundo Veiga-Neto (2002, p.164): “É através dele que se organiza a escola, através da vivência experimentada sucessivamente, trazendo inovações, classificações e inúmeras definições relacionados ao tempo e espaço”. Definindo o currículo como peça principal para uma mecânica funcional da escola, que se amplia a relacionar campos complexos no contexto social.

É por tudo isso que se pode dizer que o currículo é um artefato que foi engendrado tanto “a serviço” da ordem e da representação quanto “a serviço” das novas lógicas espaciais e temporais que se estabeleceram nos limiares da Modernidade. (VEIGA-NETO, 2002, p.170)

O currículo não é somente um ponto referencial em que estão inseridos os conteúdos e ações pedagógicas, mas que serve também como um ponto de reflexão acerca das questões sociais. Ele é um instrumento de vários contextos políticos, econômicos e culturais.

Todo currículo, pode-se dizer, é um recorte da cultura mais ampla, um conjunto de saberes e fazeres selecionados com vistas a formar o sujeito que atuará na sociedade. Corresponde, portanto, aos anseios e expectativas daqueles que influenciam na definição do que deve ou não ser ensinado e como isso acontecerá (NEIRA,2018, p.7).

Diante das reflexões do exposto acima, considerando os documentos norteadores do currículo, exemplificando o seu conceito, para a organização escolar existir, tanto como o funcionamento da escola, há um outro documento elementar para complementação das direções a serem tomadas no processo educativo, bem como as ações realizadas no ensino-aprendizagem que é o Projeto Político Pedagógico (PPP), onde cada escola com suas particularidades, designam objetivos e metas a serem cumpridas por toda a comunidade escolar.

O projeto Político Pedagógico (PPP) deve explicitar, ainda os fundamentos teóricos metodológicos, os objetivos, o tipo de organização e as formas de avaliações implementadas pela escola, sendo passível de mudanças sempre que as circunstâncias, as reflexões, as finalidades sócio-políticas e culturais da escola o exigir. Um bom projeto político-pedagógico é a busca da autonomia da escola (MOITA; PEREIRA, 2019, p.56).

Entendendo que o Projeto Político Pedagógico (PPP), não é somente um conjunto de regras a serem seguidas, mas que acima delas existam a leitura da realidade social daqueles que vivenciam a escola em sua estruturação, política, social e econômica. Em que as decisões tomadas sejam originadas da concordância de todos os agentes que a constituem para que os possíveis conflitos gerados possam ser superados respeitando as diferentes formas de pensamento sobre as ações pedagógicas, apontando princípios de solidariedade e cooperação entre os indivíduos, gerando principalmente naqueles que recebem a instrução (os alunos e alunas), conscientes de seus direitos e deveres.

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade (VEIGA,1998, p.2).

A reflexão de como ordenar o Projeto Político Pedagógico (PPP) deve estar diretamente ligada aqueles que irão usufruir das instituições de ensino (docentes de

todas as disciplinas, gestores, funcionários, discentes, pais, entre outros), de forma a comprometer direta e/ou indiretamente as resoluções de práticas pedagógicas e trabalho escolar.

A elaboração do Projeto Pedagógico é indispensável a todas as escolas e deve ser construído coletivamente, uma vez que existem problemas na escola a serem resolvidos, problemas esses que envolvem toda a comunidade escolar. Esses problemas são comuns e as soluções devem surgir do coletivo, através do diagnóstico preciso, de interpor objetivo a serem alcançados, da discussão, da tomada de decisão, da execução e das avaliações coletivas. Mesmo sabendo que a proposta pedagógica dos estabelecimentos de ensino deve estar de acordo com a realidade da comunidade local, hoje ainda se fala muito em plano de desenvolvimento da escola, como se esse não estivesse num determinado contexto histórico social e político esquecendo-se da dimensão desses conceitos. A noção de projeto é muito mais ampla do que a noção de planejamento e de plano. Projeto vem de “projetar” de lançar-se à frente. No campo da educação ele tem uma conotação particular, já que não se pode falar em educação sem concebê-la como projeto (MOITA; PEREIRA, 2019. p.57).

Partindo do referencial descrito acima, um Projeto Político Pedagógico (PPP) na escola necessita de uma leitura profunda da realidade em que a escola se localiza, o que é recorrente no cotidiano, construindo uma relação de pensar e agir para que sua proposta não fique somente nas regras e longe de ser executada, que as possibilidades do ensino-aprendizagem possam ser amplas com propósitos e intencionalidades bem estruturadas e definidas, de uma forma que a prática pedagógica possa ser refletida na sociedade.

Partindo do exposto, passamos a pensar a história da Educação Física como componente curricular obrigatório, entendendo o seu processo de organização na escola, como atividade esportiva e recreativa, para uma perspectiva crítica com conteúdos específicos e que desta forma deve ser contemplada sua participação no Projeto Político Pedagógico (PPP), apresentando a concepção de educação própria, no qual entenda de forma crítica o seu papel na escola, e a importância de sua área de conhecimento na sociedade.

3.1: A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR COMO COMPONENTE CURRICULAR

A Educação Física e seus longos processos de estruturação, considerada uma área com finalidades diversas. Relacionada diretamente com o momento histórico da sociedade. Porém sempre voltada a saúde física, o esporte e o mercado de trabalho.

“Considerada como cultura do físico, constituindo-se como parte da medicina, criadora de sofisticadas técnicas esportivas, veiculadora de ideologias” (OLIVEIRA, 2006, p.86).

Construindo ainda um caminho de pensamento e reflexão sobre os variados aspectos e direcionamentos da Educação Física, e qual o sentido para ser estudado como conhecimento científico.

[...] que a educação física existe em função do homem, enquanto ser individual e social. Nessa medida, é cultura no seu sentido mais amplo, fertilizando o campo de manifestações individuais e coletivas. É transmissora de cultura, mas pode ser, acima de tudo, transformadora de cultura (OLIVEIRA, 2006. P.87).

Diante de todas as especulações, tentando encontrar uma problemática teórica, ou o que se trata o conhecimento da Educação Física. A mesma só foi organizada na forma curricular somente em 1990, cumprindo os requisitos de participação da educação como um todo.

A história da educação física escolar como componente curricular obrigatório inicia-se oficialmente na década de 1990, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – nº 9.394/1996), que buscou garantir o seu reconhecimento nesse contexto, passando a assumir um papel formativo e informativo no processo educacional. Ainda de acordo com esse documento, a educação física deveria estar integrada à proposta pedagógica da escola, ajustada às diferentes faixas etárias e condições da população escolar (JARDIM *et. al.*, 2014).

O componente curricular Educação Física na escola pode ser tematizado de diversas formas, mas de uma análise crítica, este percurso é tratado para desenvolver o aluno (a) de forma ampla, o conhecimento escolhido na escola deve estar inteiramente comprometido na obtenção e reflexão do aluno (a) em sua totalidade.

Nesse projeto a função social do currículo é ordenar a reflexão pedagógica do aluno de forma a pensar a realidade social desenvolvendo determinada lógica. Para desenvolvê-la, apropria-se do conhecimento científico, confrontando-o com o saber que o aluno traz do seu cotidiano e de outras referências do pensamento humano: a ideologia, as atividades dos alunos, as relações sociais, entre outras (COLETIVO DE AUTORES, 2012, p.29).

Nesta perspectiva, o currículo escolar para o conhecimento elaborado e organizado, necessita ser apresentado em conjunto com os conteúdos que norteiam a disciplina, onde o aluno (a) possa dominar a informação para que no fim de seu

processo de escolarização tenha consciência das ações desenvolvidas de forma a interpretar, compreender, e explicar as relações vivenciadas socialmente.

A prática pedagógica da Educação Física se explica na escola como disciplina que organiza o conhecimento específico da cultura corporal nos seus temas, levando reflexões atuais acerca do movimento, gerando contribuições para a sociedade. Porém esta prática como ação intencional do professor (a), necessita de aceitação de responsabilidades para enfrentar e superar os desafios pertinentes, surgidos através das reflexões do currículo e as suas especificidades.

Entendemos que esses desafios vinculam-se primeiramente à nossa capacidade/ incapacidade de responder quais são os nossos objetivos enquanto parte efetiva dessa instituição denominada escola, mais precisamente, enquanto componente curricular (FENSTERSEIFER; GONZÁLEZ, 2007, p.32).

Conforme o Coletivo da Autores (2012), a prática pedagógica da Educação Física pode ser entendida como uma prática pedagógica, que [...] surge de necessidades sociais concretas que, identificadas em diferentes momentos históricos, dão origem a diferentes entendimentos do que dela conhecemos". (p.50)

Nesta perspectiva a prática pedagógica, segundo Souza Júnior (2001), deve orientar uma perspectiva de ação conjunta de todos os envolvidos, no aspecto escolar professores (as) e alunos (as) como elementos necessários, juntos na busca do ensino e da aprendizagem, objeto direto da educação.

O termo/conceito prática pedagógica aparece neste quadro educacional, na intenção de desmistificar e esclarecer as categorias necessárias para que se busque uma educação comprometida com a transformação da sociedade, reconhecendo e defendendo a dialeticidade das práticas sociais, por conseguinte da educação escolar. Surge na tentativa de superar algumas dualidades e dicotomias na área da educação: ensino x aprendizagens, conteúdo x forma, professor x aluno, teoria x prática etc (SOUZA JÚNIOR, 2001, p. 5).

Neste sentido, a relação entre professor (a) e aluno (a) é o que faz acontecer o ensino-aprendizagem, o professor (a) poderá exercer sua autonomia, interferindo, modificando a direção da educação na escola e o aluno (a) desta forma poderá garantir seu acesso ao conhecimento e valorizando seus próprios conhecimentos, resgatado na prática pedagógica qualitativamente.

Para a Educação Física de acordo com a pedagogia histórico-crítica, trazendo a abordagem crítico superadora, se espera a tematização dos conteúdos da Cultura Corporal que trata o conhecimento através dos temas Jogo, Esporte, Luta, Dança, Ginástica; organizando um pensamento crítico que pode ser explorado amplamente partindo das experiências, atribuições e necessidades, oriundas da escola, do aluno (a), das convivências e das discussões acerca dos dilemas socialmente produzidos.

O aprofundamento sobre a realidade através da problematização de conteúdos desperta no aluno curiosidade e motivação, o que pode incentivar uma atitude científica. Essa seleção e organização de conteúdos exige coerência com o objetivo de promover a leitura da realidade. Para que isso ocorra, devemos analisar a origem do conteúdo e conhecer o que determinou a necessidade de seu ensino (COLETIVO DE AUTORES, 2012, p.63).

O interesse da Educação Física está orientado na forma de compreender e interpretar sobre o objetivo cultural do movimento, adquirido através da ciência para desta forma, poder explicar fundamentalmente a sua teoria na prática, dispostos em atuar e decidir quais os melhores caminhos a serem seguidos diante das necessidades que nos deparamos no cotidiano escolar.

Conhecer como se dá o conhecimento no processo pedagógico é ajudar a eliminar a determinação social dos destinos dos alunos. Para o professor, é importante este conhecimento a fim de melhor saber como interagir com o educando, no sentido de favorecer seu desenvolvimento e sua emancipação (VASCONCELLOS, 2000, p.11).

Ao pensarmos na Educação Física e a integração dos seus conteúdos é necessário pensar qual a melhor forma metodologicamente de abordar a cultura de movimento, adequando os anseios vividos na comunidade escolar completa, relacionando a teoria e a prática como elementos emancipadores para os estudantes.

Torna-se necessário apresentar alguns aspectos relacionados mais especificamente à práxis educativa, ou seja, gerar elementos que se relacionam diretamente com proposições didático-metodológicas em aulas de educação física escolar, contribuindo, assim, para a sua legitimidade. Compreende-se que, nas relações com o movimento humano, uma didática comunicativa supera o caráter restritamente biológico/físico, para contemplar uma "totalidade" que envolve também os aspectos históricos, culturais, antropológicos (BOSCATTO; KUNZ, 2012, p. 1035).

A disciplina da Educação Física é tratada a partir da área de conhecimento das linguagens, partindo do ensino fundamental (onde começa as divisões por

competências), “Elas se intersectam na formação dos alunos, embora se preservem as especificidades e os saberes próprios construídos e sistematizados nos diversos componentes” (BNCC, 2018), para que através do movimento corporal em suas definições, e significados totais, os estudantes possam fazer uma leitura para produzir e reproduzir as manifestações culturais, ou seja, os conteúdos devem ser explorados pelos saberes organizados anteriormente, mas também que os alunos (as) reflitam os movimentos conhecidos culturalmente e construam novas formas de superar as necessidades partindo das realidades experimentadas socialmente.

Em práticas da educação física escolar há inúmeras formas de se proporcionarem experiências de movimento, em que os sujeitos possam, pelas interações sociais, agir comunicativamente na construção das brincadeiras, dos jogos, esportes e de outros elementos presentes na cultura de movimento (BOSCATTO; KUNZ, 2012, p. 1034).

Na perspectiva da Educação Física como elemento de interação social a prática pedagógica do professor (a) deve ser abordada com a intencionalidade de formar cidadãos responsáveis e interessados em construir o que deseja, buscando adquirir habilidades para transformar de forma coletiva, o meio social. De acordo com Boscatto e Kunz (2012, p.1036):

Assim, considera-se que a interação social deve ser tratada “pedagogicamente”, ou seja, é um tema que deve ser organizado de forma intencional nas ações didático-metodológicas da educação física escolar. Essa “intencionalidade pedagógica” está dirigida á formação de uma “identidade” (que é pessoal, porém constituída em “tensão” com a sociedade), autônoma, com vistas a uma atuação esclarecida na constituição da sociedade.

Desta forma, a maneira em que o professor (a) trata pedagogicamente de suas ações na condução das aulas, reflete diretamente na aproximação ou distanciamento da realidade existente e/ou construída. Estabelecendo assim um “objeto” de troca para a formação do ensinar e do aprender. Segundo Souza Júnior (2001, p.8).

Numa área de conhecimento/intervenção reconhecida como prática pedagógica, o objeto de ação e/ou reflexão é o próprio sujeito, implicando numa relação de reciprocidade entre a ação de um sujeito sobre outros sujeitos e entre os sujeitos entre si.

Diante disto, podemos entender que a abordagem na prática pedagógica do professor (a), contribuirá para o desenvolvimento e/ou participação nas aulas de educação física, e este conhecimento proporcionará uma relação de proximidade com a cultura corporal e conseqüentemente na sua relação na sociedade.

4. A ORGANIZAÇÃO DA SALA DE AULA E DO TEMPO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO DOCUMENTO CURRICULAR

A educação realizada na escola, torna-se concreta na sala de aula, lugar que pode ser definido como local físico, instalado dentro da escola, onde é transmitido o conhecimento, aprendizado, interações, trocas de experiências, que tem o professor (a) responsável por indicar o caminho ao qual se deve seguir.

Quando falamos em educação escolar nos remetemos a todo o processo formativo, mas pensamos fundamentalmente na sala de aula, onde acontece de forma mais imediata o processo educativo. Por sala de aula estamos compreendendo qualquer espaço físico onde haja interação direta entre professor-alunos (seja a sala em si, a quadra, a oficina, o laboratório, o ateliê, etc.). Nossa atenção deve estar em torno da sala de aula, onde todo dia o professor tem sua prática, seleciona conteúdos, passa posições políticas, ideológicas, transmite e recebe afetos e valores. A sala de aula é o centro do acontecimento educação escolar, pois a formação básica do educando se dá neste espaço de interação entre os sujeitos, mediados pela realidade (VASCONCELLOS, 2000 p.12).

Diante disso a concepção de sala de aula vai além de um quadrado dividido por paredes, organizado por cadeiras, quadros, entre outras coisas, como também um pátio ou qualquer outro espaço para realização da aula.

Partindo deste pensamento, o ministério da educação em uma de suas cartilhas, definiu algumas orientações para a organização dos ciclos escolares e tomaram como exemplo a opção selecionada pela prefeitura do Recife, sobre elementos essenciais de uma sala de aula, e como dividi-la, em ciclos de aprendizagens, os princípios são:

1) Princípio da igualdade: Preconiza a possibilidade de acesso ao conhecimento científico, cultural e socialmente construído pela humanidade, para todos, possibilitando, ainda, aos diferentes, diferentes formas, tempos e espaços de aprendizagem. A ótica do direito ao conhecimento garante ao estudante a permanência na escola e sua promoção escolar, como condição necessária ao seu desenvolvimento. 2) Princípio do reconhecimento das diferenças: Parte da compreensão das possibilidades distintas de cada um, entendendo que a maturidade social, cultural e cognitiva para apreender os processos relacionados à construção do conhecimento não é a mesma de um estudante para outro. Se a heterogeneidade marca a espécie humana e a cada pessoa como espécie única e

complexa, assim também precisa ser focado o processo de aprendizagem, considerando diferentes ritmos e processos particularizados de aprendizagem e de convivência. 3) Princípio da integralidade: Estabelece a ruptura com a padronização, a seriação e a fragmentação do conhecimento e define ações e objetivos que priorizem a organização do trabalho em situações de aprendizagem, verificando, sistematicamente, a construção e a progressão da aprendizagem dos estudantes. A lógica do ciclo contempla o processo contínuo, dinâmico, dialético e dialógico, marcado por conflitos, posicionamentos e exigências do ponto de vista da relação ensino/aprendizagem/realidade social, sofisticando as aprendizagens em situações complexas, diversificadas e interativas. Essa perspectiva, defendida pela pedagogia progressista, redimensiona o tempo escolar, a reorganização do trabalho pedagógico e a relação pedagógica, antes aprisionada pelas “grades” da escola e pelo sistema seriado. 4) Princípio da autonomia: Capacita o sujeito à reflexão, ao debate, à tomada de decisão de acordo com interesses, necessidades e motivações próprias, sem, no entanto, compartilhar de uma lógica de referência individualista. A autonomia é entendida no sentido democrático e se efetiva para além do que é particularmente pensado e desejado, com prioridades baseadas em critérios de escolha que considerem o que é importante para o sujeito e, ao mesmo tempo, o que é relevante para a coletividade. Esse princípio exige uma prática pedagógica que exercite a solidariedade e efetive a cultura de tomada de decisão coletiva, o que fortalece a dimensão democrática do ato educativo (BRASIL, 2004, p.26).

Assim, percebemos que a sala de aula faz parte de uma totalidade, que inclui toda a gestão da sala de aula, que vai além de seu espaço físico; a forma como o professor (a) administra e relaciona os conteúdos dentro de suas afinidades e diferenças com cada tema abordado.

Todas elas, particularidades ou semelhanças, tem a intenção de oportunizar o melhor ensino para a mais significativa aprendizagem de forma que o aluno obtenha êxito nesse processo de ensino-aprendizagem. Portanto, deduzimos que há uma intrínseca relação entre esse êxito e a gestão da sala de aula”. [...] “Mas para que isso se concretize, faz-se necessário ampliar o conceito de gestão da sala de aula, no intuito de maximizar as ações que os docentes realizam no seu interior, dentre outras coisas, a disciplina, o tempo, o espaço e as relações interpessoais, professor e aluno, aluno e aluno, professor e conteúdo e aluno (REINA; SILVA, 2020, p.982).

Assim, o professor (a) precisa ter bem definido seu papel em sala de aula, quais os métodos a serem aplicados e a metodologia a ser destinada ao ensino-aprendizagem “O papel do professor, portanto, é ajudar a mediação aluno-conhecimento-realidade”.(VASCONCELLOS, 2000, p.35). Ou seja, este caminho necessita encontrar uma relação concreta na sociedade de forma a possibilitar ao aluno (a) a compreensão do conhecimento com a finalidade de desfrutá-lo para modificar a realidade.

Nesta perspectiva o professor (a) necessita organizar elementos que justifique e compreenda a aprendizagem dos alunos (as), de forma a basear-se em uma didática estruturada com o que é específico para o conhecimento.

Saber como o aluno aprende é um conhecimento específico a função do magistério; a partir desta fundamentação epistemológica, caberá ao professor pesquisar em duas frentes: como se dá o trabalho com o conhecimento geral (contribuição da didática) e com o objetivo específico de sua área de ensino (metodologia de ensino específica) (VASCONCELLOS, 2000, p.36).

Diante do exposto, podemos observar que a sala de aula é composta não somente no aspecto físico, mas principalmente no compromisso com o outro, ou seja a gestão da sala é uma interrelação, para a construção do ensino-aprendizagem, está além de transmissão do conhecimento, mas de preferência, que esteja interligado com sua área específica.

Então a aula pode ser considerada um programa de ensino, ou seja, são conjuntos de um saber determinada por uma estrutura própria e de conhecimento específico de uma aula, mas quais os elementos necessários para definir o que é uma aula?, segundo Saviani, 1984: “ a atividade de ensino, a aula, por exemplo, é alguma coisa que supõe, ao mesmo tempo, a presença do professor e a presença do aluno”. Assim, é a exposição sobre uma área do conhecimento, que é dirigida pelo professor (a), mas é de fundamental importância a presença dos alunos (as) para que seja eficaz.

Nesta perspectiva, para o Coletivo de Autores, 2012: “a aula é um local com organização específica com a intenção de direcionar o aprendizado ao aluno, com conhecimento da educação física e seus abrangentes aspectos para que suas práticas realizem aproximações da realidade social”. E ainda:

A aula nesse sentido, aproxima o aluno da percepção da totalidade das suas atividades, uma vez que lhe permite articular uma ação (o que faz), com o pensamento sobre ela (o que pensa) e com o sentido que dela tem (o que sente) (COLETIVO DE AUTORES, 2012. p.86).

Compreendendo que a aula é a parte concreta onde acontece o ensino e conseqüentemente a aprendizagem, então para que isso ocorra são necessários o entendimento dos elementos essenciais da aula, por exemplo:

- Conhecimento dos conteúdos: Uma prática pedagógica eficiente o professor (a) necessita ter consciência em relação aos temas e os conteúdos específicos para sua disciplina.

Neste processo de ensino-aprendizagem o professor de Educação Física apresenta-se como agente fundamental para que o aluno se aproprie dos conhecimentos de esportes, danças, lutas, jogos e ginásticas, pois a ele cabe a seleção e transmissão desses conteúdos que serão trabalhados durante as suas aulas (REINA; SILVA, 2020, p.981).

Neste aspecto, podemos incluir a didática, como uma forma de entender o processo de facilitação do conhecimento específico:

É necessário pensar a Didática para além de uma simples renovação nas formas de ensinar e aprender. O desafio não reside somente no surgimento ou criação de novos procedimentos de ensino, ou em mais uma forma de facilitar o trabalho do educador e a aprendizagem do educando. Mais do que isso, a Didática tem como compromisso buscar práticas pedagógicas que promovam um ensino realmente eficiente, com significado e sentido para os educandos, e que contribuam para a transformação social (MAIA; SCHEIBEL, 2009 p.6).

- Conhecimento curricular: O que existe dentro dos documentos oficiais que norteiam o currículo sobre a Educação Física, por exemplo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e o Currículo de Pernambuco.

A Educação Física é o componente curricular que tematiza as práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, entendidas como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos, produzidas por diversos grupos sociais no decorrer da história. Nessa concepção, o movimento humano está sempre inserido no âmbito da cultura e não se limita a um deslocamento espaço-temporal de um segmento corporal ou de um corpo todo. Nas aulas, as práticas corporais devem ser abordadas como fenômeno cultural dinâmico, diversificado, pluridimensional, singular e contraditório. Desse modo, é possível assegurar aos alunos a (re)construção de um conjunto de conhecimentos que permitam ampliar sua consciência a respeito de seus movimentos e dos recursos para o cuidado de si e dos outros e desenvolver autonomia para apropriação e utilização da cultura corporal de movimento em diversas finalidades humanas, favorecendo sua participação de forma confiante e autoral na sociedade. (BNCC,2016 p.209)

O ensino de Educação Física na escola trata, então, da compreensão, (res)significação e usufruto das práticas corporais como instâncias de manifestação da linguagem corporal que, materializada nas práticas corporais culturalmente situadas, constituem o objeto de estudo deste componente curricular (PERNAMBUCO, 2019 p.260).

Como também o Projeto Político Pedagógico (PPP), no qual o professor (a) é aquele que efetivamente articula as propostas deste documento, com seu planejamento pedagógico.

A vinculação da Educação Física ao Projeto Pedagógico da escola caracteriza-se por ser uma conquista que poderá impulsionar a reflexão crítica de seu papel na escola (CORREIA e MORO, 2004, p.44).

- Planejamento: a aula é a forma mais próxima da relação entre o professor (a), o aluno (a) e o conhecimento, desta forma como é realizado este planejamento, “sendo um momento de tomada de decisão, de escolha, organização e de previsão” (CORRÊA; MORO, 2004 p.69). Pode refletir diretamente na aprendizagem.

Uma tarefa importante que se coloca para o professor, portanto, é extrair do conteúdo a ser dado suas perguntas básicas, geradoras, resgatar as situações-problemas que deram origem ao conceito: “Quais os problemas que estavam colocados?”, “Quais as perguntas que estão por detrás destes conteúdos?”. Isto deve fazer parte do plano de aula, uma vez que, se forem adequadamente captadas, estas perguntas poderão provocar e desencadear, de forma significativa e participativa, o processo de construção do conhecimento em sala de aula (VASCONCELLOS, 2000, p.87).

- Utilização de metodologias: tomando como referência não somente o método como única opção, mas relacionado a técnica, ou seja, um conjunto de procedimentos como forma de conduzir um caminho e de como trilhá-lo.

A metodologia didática refere-se, então, ao conjunto de métodos e técnicas de ensino para a aprendizagem. A escolha da metodologia de ensino e aprendizagem é feita de acordo com o aluno, suas características cognitivas e escolares, com o conteúdo, sua natureza, sua lógica, e com o contexto, ou seja, as circunstâncias e condições do aluno, do professor, da escola, da comunidade”. [...] “na escolha e na aplicação dos métodos e técnicas, as características do contexto, observando-se duas questões de fundo: o valor da autonomia docente e o propósito do ensino comprometido com a aprendizagem e com a aquisição do conhecimento, entendendo-o como direito da vida cidadã (RANGEL, 2005. p.10).

Diante do exposto acima, podemos compreender que a prática pedagógica do professor (a), se fundamenta em um conjunto de fatores essenciais para seu trabalho docente concreto, principalmente na concepção que seus planejamentos necessitam ter uma lógica didática de acordo com os ciclos de escolarização.

Os conteúdos de ensino são tratados simultaneamente, constituindo-se referências que vão se ampliando no pensamento do aluno de forma espiralada, desde o momento da constatação de um ou vários dados da realidade, até interpretá-los, compreendê-los e explicá-los (COLETIVO DE AUTORES, 2012. p.36) .

Desta forma, os conteúdos devem fazer parte do planejamento, atribuindo sentido nos estudantes, para sejam capazes de relacionar as atividades vivenciadas nas aulas e interagir no processo de aprendizagem.

Para dizer que o professor de Educação Física, deve planejar com muita responsabilidade o ensino, na escolha correta dos conteúdos a serem aprendidos pelos alunos, para que assim, em grupos ou individualmente, os alunos possam interagir de maneira harmoniosa com esse conhecimento (REINA; SILVA, 2020. P.985).

4.1 O TEMPO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO FÍSICA E SUA RELAÇÃO COM O ENSINO-APRENDIZAGEM

Sabe-se que o “tempo” é relativo e pode representar muitas definições, por exemplo no dicionário, define-se à: “duração relativa das coisas que cria no ser humano a ideia de presente, passado e futuro; período contínuo no qual os eventos se sucedem” e ainda como “determinado período considerado em relação aos acontecimentos nele ocorridos; época”. (TEMPO, 2023)

Desta forma, podemos entender o tempo como aglomeração de fatos, organizados por um período, a capacidade de contar histórias, momentos, episódios, em dias, semanas, meses, horas, séculos, entre outros; ou seja, de uma forma bem comum, o tempo é utilizado no dia-a-dia e de maneira geral, para definir a duração dos eventos.

Podendo ainda assim representar o tempo, como referência vivida e construída socialmente, culturalmente. Ou seja, tempo como convivência social, instituídas em suas várias esferas, inclusive o tempo escolar.

É, portanto, uma construção social e humana que deve ser aprendida e interiorizada. Os diferentes tempos sociais e os ritmos da vida cotidiana constituem o contexto que determina sua aprendizagem. Um destes tempo sociais, nem sempre de acordo com outros, é o tempo escolar, um tempo diferente e plural, um fato cultural. O tempo escolar oferece estruturas e organizações variadas, como a dos níveis, etapas, ciclos e cursos; a dos calendários letivos e acadêmicos; a da distribuição semanal e diária das matérias e atividades, a dos horários, etc. Entende-se que a compreensão do significado do tempo escolar em suas variáveis é importante na elaboração de possibilidades

educacionais para estudantes, instituições escolares e projetos pedagógicos (ARCO-VERDE, 2012, p.85).

Desta forma, o tempo definido à escola vai além do cronológico, é um processo particular, um calendário específico, organizado para as práticas pedagógicas e tudo o que abrange esse universo como também congrega as demandas sociais incorporadas na cultura escolar.

O tempo se apresenta como elemento bastante significativo na cultura escolar, não por sua concepção linear física – o tempo do relógio, construído pelo homem, com o refinamento da ciência, que resultou na uniformização e universalização do tempo cronológico no mundo – , mas pelo aspecto dinâmico que ele toma, seja em relação às práticas pedagógicas presentes na transmissão cultural da escola, seja pelo aspecto organizativo dos tempos sociais e humanos na instituição escolar (ARCO-VERDE, 2012, p. 89).

Podemos assim entender que o calendário anual da escola é um elemento essencial para a organização do currículo, nele é que pode-se observar as divisões de horários das disciplinas, o tempo destinado para as avaliações, as atividades extracurriculares, as atividades pedagógicas, e os dias letivos no decorrer do ano, de uma forma que esteja atrelado à cultura, seja do país, do estado, da cidade ou local onde se encontra a escola.

Ainda nesta perspectiva, relacionando o tempo ao trabalho pedagógico podemos atribuir ao processo de educação que busca o desenvolvimento dos estudantes com um conjunto de procedimentos, métodos, atividades, entre outras, voltadas para a formação. Assim o tempo pedagógico é um elemento norteador, pois através dele é possível organizar o ensino de forma flexível, eficaz, criativa, dentro de um período de acordo com o objetivo educacional, desenvolvidas para a aprendizagem.

No trato com o conhecimento, cabe ao professor a responsabilidade de conectar a ambiência interna – a escola – com a externa – a sociedade -, tornando os conteúdos trabalhados na escola elementos significativos na e para a formação do aluno enquanto cidadão que influencia e é influenciado pela realidade concreta na vida em sociedade (GALVÃO, 2002, p.65).

A prática pedagógica do professor (a) deve ser refletida para que sua intervenção seja pautada nos elementos produzidos socialmente, mas também aqueles que compõem sua disciplina, ou seja o viés pedagógico deve conter o que é específico de sua formação, para tornar realidade na sociedade.

O professor é aquele que deve, acima de tudo, assumir um compromisso social com o ensino, com a aprendizagem dos conhecimentos e dos valores básicos que se fazem necessários a todos os cidadãos. Para isso, em sua trajetória profissional, esse ator constrói e reconstrói os seus conhecimentos de acordo com a necessidade de utilização destes, as suas experiências e todos os seus percursos formativos e profissionais. (NUNES, 2001, p.27)

Desta forma, a abordagem do conteúdo é importante para que os estudantes não busquem somente a reprodução, mas que possam vivenciar o que é produzido, estudado e refletido na escola, como expressão nas atividades cotidianas.

Nesta perspectiva, podemos refletir que é de suma importância o tempo pedagógico no planejamento das aulas de Educação Física, pois para que nesta organização e seleção do conteúdo com a intenção de uma educação integral os alunos (as) possam sair de um ciclo para outro de escolarização, respeitando esse tempo de apreensão do conhecimento.

Uma nova compreensão da Educação Física implica considerar certos critérios pelos quais os conteúdos serão organizados, sistematizados e distribuídos dentro de tempo pedagogicamente necessário para sua assimilação. (COLETIVO DE AUTORES, 2012, p.64)

No entendimento do tempo pedagógico, realizado na sala de aula, e como este tempo pode ser aproveitado diante do processo de ensino-aprendizagem, os elementos do planejamento específico da aula, necessitam ser concretos, pensando em que constituem os procedimentos de aula, a forma de utilização no desenvolvimento de atividades que possam levar a construção do conhecimento.

O processo de construção social do conhecimento é incentivado e facilitado pela organização do tempo pedagogicamente necessário, materializado em: aulas, seminários integrados/interativos, oficinas, festivais de cultura corporal e esportiva e workshops, onde o processo básico de aprendizagem se desenvolve pelas vivências, das quais abstraem-se e destacam-se percepções significativas e relevantes. Em função de aprendizagens privilegiadas, desenvolvem-se análises/sínteses/avaliações e configuram-se novas situações, novas aprendizagens, novos saberes, novos conhecimentos'. Do universo referencial da cultura corporal & esportiva criticamente elaborada, bem como do universo de referência da escola e dos alunos sua estruturação, suas injunções, suas experiências, sua consciência manifesta, seus conhecimentos prévios, de senso-comum ou não, suas representações sociais estabelecem-se confrontos de interesses/intenções/saberes/conhecimentos/competências humanas relacionais pela via do trato com o conhecimento da cultura corporal e esportiva, pela via da unidade metodológica, na perspectiva da interdisciplinaridade (TAFFAREL; ESCOBAR; FRANÇA, 1995 p.125).

Ao analisar o tempo pedagógico que se materializa nas aulas, podemos tomar como ferramentas de apropriação do conhecimento a interdisciplinaridade, ou seja, utilizar recursos dinâmicos e atividades que serão construídas aos poucos, gerando significados de acordo com os temas da educação física, chegando ao conteúdo propriamente dito nas aulas.

A dinamização essencial e o essencial da dinamização da sala de aula localizam-se na relação insubstituível entre pessoas que se comunicam e comunicam o conhecimento. [...] “estabelece-se uma relação dialógica entre a pessoa que aprende e a fonte (seus autores) do conhecimento. Essa relação supõe comunicação, reação (resposta), reconstrução, pesquisa/investigação do conhecimento (RANGEL, 2005. p.85).

Desta forma, esse tempo pedagógico de dinâmica e/ou atividade deve ser mensurado para que gere um sentido para o alcance do objetivo do ensino. Segundo Corrêa e Moro, 2004, p. 260) “Ao referirmo-nos ao tempo, é importante salientar que a periodicidade do contato com o conhecimento é necessária para sua melhor assimilação”.

Na perspectiva de instituir o tempo pedagógico, regulando o processo de organização e sistematização das aulas, podemos identifica-lo sobre dois vieses; como a prática pedagógica do professor (a) e o planejamento de suas aulas; e também de que forma o aluno (a) aprende os conteúdos dentro deste tempo. Assim é necessário criar uma técnica de ensino para o bom gerenciamento desse tempo para que a aprendizagem não seja prejudicada.

Desta forma, adotar técnicas de ensino transformadoras é uma decisão sábia por parte do professor interessado em aperfeiçoar sua prática pedagógica. A sala de aula é um dos poucos espaços que o professor possui para contribuir no esforço coletivo dos educadores críticos em busca de uma educação capaz de diminuir as desigualdades sociais. Adotando uma metodologia de ensino crítica o professor poderá originar transformações substanciais na educação, visto que uma instituição de ensino acaba por se configurar na forma como os professores se organizam e como pensam e agem. E na perspectiva de querer contribuir para a formação de educandos, que vejam a realidade de querer contribuir para a formação de educandos, que vejam a realidade com espírito crítico, é que o professor deve avaliar permanentemente sua atuação e buscar alternativas transformadoras para aperfeiçoá-la. Em todos os sentidos de seu trabalho educativo, deve atuar para transformar e não para conservar os fatores negativos que interferem no processo de ensino (VEIGA, 1991. p.46).

Desta forma, podemos refletir que o tempo pedagogicamente necessário para a apropriação do conteúdo, está entrelaçado com a prática pedagógica do professor (a), o planejamento das aulas, a seleção das atividades e a forma de dinamização das aulas; como também os saberes específicos da Educação Física e a relação desses saberes partindo da referência dos estudantes, em um movimento de interação na sala de aula, de forma que estes conhecimentos sejam trabalhados para a ampliação e formação do aluno (a).

O tempo nessas circunstâncias se reconfigura para além do cronológico, para além do mensurável. O ir e vir a si mesmo (a), enquanto se narra, não é captado pelo tempo do relógio, pelos números que procuram a linearidade das experiências. As experiências narradas entram na lógica da vida vivida que remete ao saber de si (VENÂNCIO, 2019. p.93).

Sendo assim, o tempo pedagógico utilizado é organizado nas aulas não termina em si mesmo, mas é elemento essencial para a prática docente, se faz necessário para um ensino - aprendizagem efetivo, para a aquisição do conhecimento, contribuindo para o entendimento da cultura corporal levada para as relações sociais.

4.2: O TEMPO PEDAGÓGICO DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E A ANÁLISE NO CURRÍCULO DE PERNAMBUCO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Partindo do exposto, o tempo pedagógico é realizado através de um conjunto de atividades e acontecimento no tempo e espaço escolar, entre eles a divisão dos conteúdos, a utilização de materiais, determinando os horários de cada disciplina. No qual os professores (as) também se organizam neste tempo pedagógico para construir e elaborar os planejamentos, sejam para o bimestre, semestre e/ ou anualmente.

A organização do trabalho do professor na escola se realiza, portanto, em conformidade com essa ordenação do tempo na escola, que tem como finalidade padronizar e controlar o tempo escolar, a cadência das atividades, o ritmo dos professores e dos alunos, constituindo-se como fator fundamental para a compreensão do processo de trabalho docente (RODRIGUES, 2009, p.33).

Nesse entendimento percebemos que a disciplina Educação Física contemplada no currículo é pouco refletida sua importância na formação dos

estudantes, pois de certa forma, existe uma dificuldade de perceber e compreender que como componente curricular, tem conteúdos e objetivos específicos e são organizados para o desenvolvimento da educação (CARMO; SANTOS, LIMA, 2016, p.71). Tomamos por exemplo a divisão de suas aulas neste tempo pedagógico, as aulas são resumidas a duas aulas por semana em cada turma de ensino fundamental nos anos iniciais e finais, distribuídas assim no próprio cronograma escolar, um outro exemplo é sua organização no horário escolar, de forma repartida e em diferentes horários, que são muitas vezes impróprios.

Um aspecto que deixa isto evidente é o descaso com a organização dos horários destinados a esta matéria. O planejamento dos horários é feito visando certa conveniência às outras disciplinas, deixando de lado aspectos de extrema relevância como as necessidades específicas da disciplina de Educação Física (CARMO; SANTOS; LIMA, 2016, p.66).

Assim, refletimos sobre a exclusão de sua importância diante das outras disciplinas, que são disponibilizadas em maior tempo na escola, como também a prioridade na grade curricular, deixando um tempo pedagógico resumido para o desenvolvimento de suas atividades específicas, fazendo que o conhecimento seja ignorado e/ou desenvolvido de forma relapsa. Deixando de certa forma o trato com o conhecimento na Educação Física como segundo plano, conseqüentemente diminuindo o aprendizado dos alunos (as).

Partindo do exposto, garantir que o tempo pedagógico da Educação Física na escola, precisa ser destinado de forma igual as demais disciplinas, entendendo que seus conteúdos possuem relevância na qualidade do aprendizado dos estudantes, priorizando os momentos educativos para a construção de um indivíduo crítico, capaz de identificar seus processos de formação, para modificar a vida na sociedade.

Partindo desta reflexão, analisaremos o Currículo de Pernambuco e suas divisões no ensino fundamental no tempo pedagógico da Educação Física escolar.

O Currículo de Pernambuco é o documento de referência para desenvolver os currículos das escolas no estado de Pernambuco, além de toma-lo como instrumento de organização dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e as práticas pedagógicas. Identifica-se como democrático, com o propósito da aprendizagem e competências a serem alcançadas pelos estudantes durante o tempo de escolarização, de forma a refletir na vida em sociedade.

[...] o Currículo de Pernambuco se apresenta como um elemento que integra a dimensão humana aos requisitos necessários para a vida em sociedade, buscando ofertar uma formação integral aos sujeitos do processo educativo, possibilitando a estudantes e professores compreenderem diferentes dimensões da vida e do ser social (PERNAMBUCO, 2019, p. 19).

O currículo de Pernambuco em sua elaboração, surge de documentos anteriores referentes a educação básica como a Base Comum Curricular (BNCC), entre outros, nos quais reforçou a importância de construir um currículo para os estados de acordo com a particularidade e especificidade de cada lugar, como uma forma de estabelecer coletivamente a educação adequando-se as necessidades próprias.

Na perspectiva do currículo para a Educação Física no ensino fundamental, podemos identificar que foi elaborada coletivamente, articulados com opiniões de professores, representantes de conselhos educacionais, gestores de escolas públicas e privadas, assim como seminários e outros estudos sobre a educação e os currículos para a construção do documento.

Este documento curricular é fruto de uma articulação entre a Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME/PE). Tem por base os Parâmetros Curriculares de Pernambuco - PCPE (2012), que atendem ao ensino fundamental, ao ensino médio e à educação de jovens e adultos; as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica - DCN (2013) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação infantil e ensino fundamental, homologada em dezembro/2017 (PERNAMBUCO, 2019, p.15).

O Currículo de Pernambuco, reconhecendo o ensino fundamental como a fase dos 6 aos 14 anos, entendendo e organizando o ensino de acordo com a faixa etária e a especificidade de cada fase, para que desta maneira os estudantes em sejam desenvolvidos integralmente na educação.

Por ser a etapa da educação básica de maior duração, atendendo crianças e adolescentes dos 6 (seis) aos 14 (quatorze) anos de idade, com especificidades diversas, físicas, cognitivas, afetivas, sociais, emocionais, dentre outras, o ensino fundamental sempre teve o desafio de proporcionar uma formação mais adequada aos estudantes (PERNAMBUCO, 2019, p.53).

Neste entendimento, o documento divide os componentes curriculares em áreas distintas. A Educação Física é contemplada em linguagens, organizada por

unidades temáticas (definida pelos conteúdos específicos), competências específicas e a organização curricular de acordo com os anos iniciais e finais do ensino fundamental.

Verifica-se, assim, que a Educação Física como componente curricular tem por função abordar pedagogicamente esses conteúdos/ elementos culturais como conteúdos/ saberes escolares a serem ensinados e aprendidos na escola. Isso significa dizer que a agregação da noção de cultura ao ideário pedagógico/ epistemológico da disciplina Educação Física não substitui a dimensão anatomofisiológica que a precedera, mas sim que a envolve e amplia, incluindo-a em uma discussão e descrição conjunturais dos saberes (escolares) referentes ao corpo humano em movimento (PERNAMBUCO, 2019, p. 266).

Partindo da organização curricular, construída pelo Currículo, observamos que nos 1º e 2º ano do ensino fundamental, os conteúdos da educação física não são contemplados em sua totalidade, e as habilidades a serem alcançadas serão organizadas diante da perspectiva lúdica.

Quadro 2:

Ensino Fundamental – Anos Iniciais (Unidades Temáticas)
1º e 2º ano: Brincadeiras e Jogos; Esportes; Ginásticas; Danças.
3º, 4º e 5º ano: Brincadeiras e Jogos; Esportes; Ginásticas; Danças; Lutas

A organização curricular partindo dos anos finais do ensino fundamental, orienta as unidades temáticas complementando com mais um conteúdo da Educação Física, na dimensão do experimentar, aprofundar, resignificar e reconstruir de forma sistemática.

Quadro 3:

Ensino Fundamental – Anos Finais (Unidades Temáticas)
6º, 7º, 8º 9º ano: Brincadeiras e Jogos; Esportes; Ginásticas, Danças, Lutas, Práticas Corporais de Aventura.

Diante do exposto, na análise do Currículo de Pernambuco, podemos perceber que o mesmo identifica a Educação Física como componente curricular, que necessita ser abordada em todas os anos que compõem o ensino fundamental,

direcionando as competências e habilidades a serem alcançadas de acordo com o processo de escolarização.

Ainda na perspectiva da análise, identificamos que apesar de dividir as unidades temáticas a serem desenvolvidas anualmente, enumerando-as de acordo com o tempo do calendário escolar, permitindo ao professor (a) organizar sua prática pedagógica, nos bimestres e semestres; percebemos que essas divisões contemplam o tempo pedagógico diante do ano letivo na escola, com a finalidade de desenvolver as competências e habilidades.

Neste entendimento, compreendemos que em relação ao conhecimento dentro do tempo pedagógico necessário para a apropriação dos conteúdos específicos da Educação Física, não são contemplados pelo Currículo de Pernambuco. No qual discute o tempo determinado dos conteúdos dentro de cada unidade, mas não o tempo das aulas, ou seja, quantas aulas são necessárias para determinado conteúdo, e se o mesmo é suficiente para a prática docente, onde possa desenvolver o currículo, contribuindo para um ensino-aprendizagem efetivo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contudo, este estudo adentrou na pesquisa de como é tratado o conhecimento na prática pedagógica e no tempo necessário para aprender conteúdos específicos da Educação Física escolar, associando-a ao desenvolvimento de uma prática crítica. Ao decorrer das reflexões, procuramos entender a educação como um direito garantido para todas as pessoas, em todas as suas faixas etárias, tornando-se uma política pública e social, resultado das necessidades humanas. Desta forma, compreendemos que a escola é o lugar onde ela se torna palpável, neste local aprendem o conhecimento elaborado, sistematizado, com a finalidade de prover o desenvolvimento de cada pessoa, em suas particularidades.

É na escola que se constroem e reconstroem um pensamento crítico diante das realidades sociais, através dos saberes curriculares organizados, através da leitura da realidade, pelas instituições de ensino, e esta estrutura fundamenta o sentido de existir da escola, construída através de um currículo geral, como também particular, produzindo o ato educativo. Assim, o professor (a) é o principal elemento para que o ensino aconteça, pois é ele que ordena os documentos norteadores e une

com os conhecimentos apropriados na sua trajetória de vida e profissional, preparando a sua prática pedagógica.

Para que se realize a transformação da Educação Física na escola, é necessário transmitir e reconstituir as convicções sociais, pois é através dela que refletimos sobre as concepções de mundo, construindo um pensamento crítico da realidade. Buscando romper com os paradigmas formados ao longo do tempo de uma perspectiva esportivista e recreativa. Os nossos conhecimentos precisam ser organizados juntamente com o currículo, o projeto político pedagógico nas aulas, para contribuir com o crescimento humano. Através de uma prática pedagógica preocupada em entender as necessidades do aluno (a), seus conhecimentos culturais, para que atuem em consonância com a seleção dos conteúdos, problematizando com a cultura corporal, de forma a sistematizar os saberes envolvendo-os no processo de escolarização, com participação e construção coletiva.

Portanto, refletindo como se configuram a Educação Física na escola e suas características, procuramos entender como é tratado o tempo pedagógico para apropriação do conhecimento. Podemos refletir que o tempo é uma construção humana historicamente, criado para determinar e contar consecutivamente os fatos sociais. Diferentemente do tempo pedagógico escolar, que é definido de acordo com as ocupações e atribuições do currículo que regulam a prática pedagógica.

A educação Física como disciplina obrigatória no componente curricular, em relação a importância de seu conhecimento, é pouco reconhecida, pois a divisão do tempo pedagógico é resumido no contexto de quantidades de aulas, disponibilizadas, muitas vezes repartidos na grade curricular, tornando o desenvolvimento do conhecimento insatisfatório, diminuindo as oportunidades e os potenciais do ensino-aprendizagem, prejudicando a prática pedagógica na seleção, organização e sistematização do conteúdo, de forma contínua, colaborando com o distanciamento das realidades sociais.

Assim, a Educação Física contemplada no Currículo de Pernambuco, também apresenta sua organização em unidades temáticas, porém o tempo pedagógico destinado para cada conteúdo dentro das unidades, não designa a distribuição necessária deste tempo, para que o conhecimento seja regulado para a sua apropriação.

Neste entendimento, concluímos que o conhecimento e o tempo pedagógico necessário para sua apropriação pelos estudantes, necessita ser melhor esclarecido,

diante dos documentos que organizam o currículo, pois é através do saber adquirido de forma qualitativa, que podemos construir pensamentos críticos diante das realidades sociais. E as reflexões acerca deste estudo não se encerram em si mesma, pois levanta outros estudos, acerca do mesmo e sobre a ótica da qualidade do ensino da Educação Física na escola, nos quais defendemos que o conhecimento possibilita experiências que modifiquem a sociedade, no qual permitirá aos estudantes oportunidades de transformação pessoal, profissional, pela vivência da ação-reflexão-ação através dos conteúdos da cultura corporal, de forma a desenvolvê-los integralmente.

6. REFERÊNCIAS:

ARCO-VERDE, Yvelise Freitas de Souza. **Tempo escolar e organização do trabalho pedagógico**. Em Aberto, Brasília, v. 25, n. 88, p. 83-97, jul./dez. 2012.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A educação como política pública**. 3. ed. – Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

BOSCATO, Juliano Daniel; KUNZ, Elenor. **Didática comunicativa e interação social: fundamentos teóricos para práticas emancipatórias da educação física escolar**. Pensar a Prática, Goiânia, v. 15, n. 4, p. 821-1113, out./dez. 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. Constituição(1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao.htm. Acesso em: 06 de fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselho escolar e o aproveitamento significativo do tempo pedagógico**. Brasília: MEC, SEB, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/ SEF, 1998. 174p.

CARMO, Charles Rafael Ramos do; SANTOS, Denise Souza dos; LIMA, Nair Rost de. **Dificuldades enfrentadas pelos professores de educação física das escolas públicas estaduais de um município ao norte do Brasil**. Rev. Acta Brasileira do Movimento Humano. v. 6, n. 2, p. 65-75, abr./jun. 2016.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino de Educação Física**. São Paulo: Ed. Cortez, 2012.

CORRÊA, Ivan Livindo de Senna e MORO, Roque Luiz. **Educação Física Escolar: reflexão e ação curricular**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004. 296p.

FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo; GONZÁLEZ, Fernando Jaime. **Educação Física escolar: a difícil e incontornável relação teoria e prática**. Revista Motrivivência, p. 27-37, 2007.

GALVÃO, Zenaide. **Educação Física escolar: a prática de um bom professor**. Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte, São Paulo, p. 65-72, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

JARDIM, Nayara Fernanda Perles; PIZANI, Juliana; TEIXEIRA, Fabiane Castilho; RINALDI, Ieda Parra Barbosa. **A Educação Física como Componente Curricular na Educação Infantil e nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental**. Pensar a Prática, Goiânia, v. 17, n. 4, out./dez. 2014.

LAVOURA, Thiago Nicola e MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão. **A pedagogia histórico-crítica e a defesa da transmissão do saber elaborado: apontamentos acerca do método pedagógico**. Perspectiva, Florianópolis, v. 33, n. 1, p. 345-376, jan./abr. 2015.

LUZ, Diego Ubiratan Bezerra da; OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **Políticas educacionais dos/nos cotidianos no ensino da Educação Física**. Revista Espaço do Currículo, João Pessoa, v. 14, n. 1, p. 1-13, jan./abr. 2021.

MAIA, Christiane Martinatti; SCHEIBEL, Maria Fani. **Didática: Organização do Trabalho Pedagógico**. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2009. 196 p.

MAIA, Christiane Martinatti; SCHEIBEL, Maria Fani. **Didática: organização do trabalho pedagógico**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

MALANCHEN, Julia; ZANK, Debora Cristini Trindade. **O currículo escolar e os fundamentos teóricos da pedagogia histórico-crítica no Brasil**. Revista de Pedagogia crítica, n. 23, p.195 – 216, jan./jun. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade**. Ciência e Saúde Coletiva, v. 17(3), p. 621-626, 2012.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, 2016.

MOITA, Maria Cabral dos Santos; PEREIRA, Marta da Silva. **Gestão escola e projeto político pedagógico**. Revista Internacional de Apoyo a la Inclusión, Logopedia, Sociedad y Multiculturalidad, v. 5, n. 3, p. 54-62, dez. 2019.

NEIRA, Marcos Garcia. **Incoerências e inconsistências da BNCC de Educação Física**. Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Elsevier Editora Ltda. v. 40, n. 3, p. 215-223. 2018

NUNES, Célia Marida Fernandes. **Saberes docentes e formação de professores: um breve panorama da pesquisa brasileira.** Revista Educação e Sociedade, Campinas, v. 22, n. 74, abr. 2001.

OLIVEIRA, Vitor Marinho de. **O que é Educação Física.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação de; EDUCAÇÃO, União Nacional dos Dirigentes Municipais de, **Currículo de Pernambuco: Ensino Fundamental.** Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco, 2019.

RANGEL, Mary. **Métodos de ensino para a aprendizagem e a dinamização das aulas.** Campinas, SP: Papirus, 2005.

REINA, Fábio Tadeu; SILVA, Willian Gabriel Felício da. **A Gestão da Sala de Aula de Professores de Educação Física na Educação Básica.** Revista on line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 24, n. esp. 2, p. 979-994, set. 2020.

RODRIGUES, Ernardina Sousa Silva. **A organização do tempo pedagógico no trabalho docente: relações entre o prescrito e o realizado.** Piracicaba, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia: teoria da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política.** 35. ed. Revista Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SOUZA JÚNIOR, Marcílio Barbosa Mendonça de; MELO, Marcelo Tavares Soares de; SANTIAGO, Maria Eliete. **A análise de conteúdo como forma de tratamento dos dados numa pesquisa qualitativa em Educação Física escolar.** Movimento, Porto Alegre, v. 16, n. 03, p. 31-49, jul./set. 2010.

SOUZA JÚNIOR, Marcílio. **A prática pedagógica da educação física nos tempos e espaços sociais.** Anais do XII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, Caxambu, MG. 2001.

SOUZA JÚNIOR, Marcílio; SANTIAGO, Eliete; TAVARES, Marcelo. **Currículo e saberes escolares: ambiguidades, dúvidas e conflitos.** Pro-Posições, Campinas, v. 22, n. 1(64), p. 183-196, jan./abr. 2011.

SOUZA, Ana Paula Moreira de; PRZYLEPA, Mariclei; ASSIS, Renata Machado de. **Elaboração, atualização e a participação da Educação Física no Projeto Político Pedagógico Escolar.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 14, n. 4, p. 2345-2357, out./dez. 2019.

TAFFAREL, Celi Neuza Zulke; ESCOBAR, Michel Ortega; FRANÇA, Tereza Luiza De. **Organização do tempo pedagógico para a construção/estruturação do conhecimento na área de Educação Física e Esporte.** Motrivivência, p. 124-132, dez. 1995.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Construção do conhecimento em sala de aula**. 11 ed. São Paulo: Libertad, 2000.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Técnicas de ensino: Por que não?** Campinas, SP: Papirus, 1991.

VEIGA, Ilma Passos da. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva**. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus, 1998. p. 11-35.

VEIGA-NETO, Alfredo. **De geometria, currículos e diferenças**. Educação e Sociedade, ano XXIII, n. 79, ago. 2002.

VENÂNCIO, Luciana. **A Relação com o Saber e o Tempo Pedagogicamente Necessário: Narrativas de Experiência com a Educação Física Escolar**. Revista de Estudos de Cultura, São Cristóvão, v. 5, n. 14, p. 89-102, mai./ago. 2019.